

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	11
APRESENTAÇÃO	13
RESUMO	17
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1	
ANÁLISE POR AMOSTRAGEM DA REPERCUSSÃO GERAL	35
1.1 REPERCUSSÃO GERAL E “OBJETIVAÇÃO” DO PROCESSO	35
1.2 O PROCEDIMENTO DA ANÁLISE “POR AMOSTRAGEM” DA REPERCUSSÃO GERAL.....	37
1.2.1 Número de recursos a serem selecionados	39
1.2.2 Critérios de seleção dos recursos a serem encaminhados para o STF	40
1.2.3 O sobrestamento dos recursos extraordinários não selecionados.	44
1.2.4 Sobrestamento e juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.....	48
1.2.5 Incidência da decisão de mérito do STF nos recursos sobrestados	52
1.2.6 Possibilidade de manifestação, nos recursos selecionados, daqueles que tiveram seu recurso sobrestado na instância de origem.....	55
1.2.7 O interesse público na apreciação dos recursos selecionados.	62
CAPÍTULO 2	
SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA SEM CITAÇÃO	71
2.1 NATUREZA JURÍDICA.....	72
2.2 REQUISITOS PARA APLICAÇÃO DO ART. 285-A DO CPC	73
2.2.1 Matéria controvertida unicamente de direito.....	73
2.2.2 “Casos idênticos” já julgados “totalmente improcedentes” pelo “juízo”	76
2.3 O ART. 285-A DO CPC E A POSSIBILIDADE DE PROLAÇÃO DE SENTENÇA PARCIAL	82
2.4 EXISTÊNCIA OU NÃO DE DISCRICIONARIEDADE DO JUIZ NA APLICAÇÃO DO ART. 285-A DO CPC	87

2.5 APELAÇÃO DA SENTENÇA APLICADORA DO ART. 285 DO CPC	89
2.5.1 A questão da condenação em honorários em sede de apelação	92
2.6 POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO “CRUZADA” DO ART. 285-A DO CPC NO JULGAMENTO DE TESES REPETITIVAS.....	93
2.7 POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO ART. 285-A DO CPC NO PRO- CESSO COLETIVO.....	94

CAPÍTULO 3

SUSPENSÃO DE TUTELAS DE URGÊNCIA E DE SENTENÇAS NÃO TRAN- SITADAS EM JULGADO PROFERIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO SUSPENSÃO DE SEGURANÇA - E OBJETIVAÇÃO DO PROCESSO	101
3.1 BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS.....	101
3.2 NATUREZA JURÍDICA DA “SUSPENSÃO DE SEGURANÇA”	105
3.3 “SUSPENSÃO DE SEGURANÇA” E OBJETIVAÇÃO DO PROCESSO	114

CAPÍTULO 4

JULGAMENTO DE RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS	127
4.1 JULGAMENTO DE RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS E OBJE- TIVAÇÃO DO PROCESSO.....	127
4.2 PROCEDIMENTO DO JULGAMENTO DE RECURSOS ESPECIAIS REPE- TITIVOS	131
4.2.1 Recursos a serem selecionados.....	133
4.2.2 O sobrestamento dos recursos especiais não selecionados	140
4.2.3 Influência da decisão de mérito do STJ nos recursos sobrestados	147
4.2.4 O indevido sobrestamento dos feitos na origem e a forma de in- surgência das partes prejudicadas	151
4.2.5 Possibilidade de manifestação de terceiros, nos recursos sele- cionados	153
4.2.6 Interesse público no julgamento dos recursos especiais sele- cionados	160

CAPÍTULO 5

SÚMULA VINCULANTE E OBJETIVAÇÃO DO PROCESSO	171
5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O INSTITUTO DA SÚMULA VIN- CULANTE	171
5.2 A DOUTRINA TOMANDO PARTIDO A RESPEITO DA ADOÇÃO DAS SÚMULAS VINCULANTES	172

5.3 MUTAÇÕES NO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO CAUSADAS PELA INCIDÊNCIA DE SÚMULA VINCULANTE.....	177
5.3.1 Petição inicial, tutelas de urgência, julgamento de improcedência <i>prima facie</i> e respostas do réu	178
5.3.2 <i>Distinguishing</i> , atividade probatória e julgamento antecipado da lide	181
5.3.3 Julgamento	185
5.3.4 Meios de impugnação das sentenças contrárias à sumula vinculante – recursos.....	191
5.3.5 Meios de impugnação das sentenças contrárias à sumula vinculante – reclamação.....	194
5.3.6 Meios de impugnação das sentenças contrárias à súmula vinculante – concomitância entre recursos e reclamação	204
5.3.7 Trânsito em julgado da decisão violadora de súmula vinculante e ação rescisória.....	208
5.4 PROCEDIMENTO “OBJETIVADO” PELA INCIDÊNCIA DA SÚMULA VINCULANTE.....	212
CAPÍTULO 6	
POSSIBILIDADES DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO – TODO O PODER PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL?	
215	
6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	215
6.2 A JURISPRUDÊNCIA DO STF	216
6.3 CONTROLE INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE E MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	220
6.4 DA NECESSIDADE DE PREVISÃO CONSTITUCIONAL PARA AS SÚMULAS VINCULANTES	238
CONCLUSÃO.....	247
REFERÊNCIAS.....	265